

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 004/2010

Institui o Módulo da Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI e dispõe sobre regras e procedimentos a serem adotados, para a remessa eletrônica via SICAP, pelos Chefes dos Poderes Executivos e Legislativos Municipais visando o cumprimento das Constituições Federal e Estadual, da Lei Complementar nº 101/2000, das Leis Federais 4.320/64, 8.666/93 e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe conferem os artigos 71, II, da Constituição Federal, 94 e 97, da Constituição Estadual e arts. 1º e 3º da Lei Estadual nº 5.604, de 20 de janeiro de 1994,

Considerando o art. 3º da Lei nº 5.604/94, o qual estabelece que para o exercício de sua competência e jurisdição, assiste ao Tribunal de Contas do Estado o poder de regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre as matérias de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, por quem de direito, sob pena de responsabilidade;

Considerando o disposto no artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina ao Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e do Sistema de Controle Interno de cada Poder e do Ministério Público, a fiscalização do cumprimento das normas preconizadas na Lei Complementar nº 101/2000;

Considerando o disposto na Portaria da STN nº 462, de 5 de agosto de 2009 e alterações posteriores, que aprova a 2ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, a qual determina a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

Considerando que nos termos do art. 41 da Lei nº 5.604 de 20 de janeiro de 1994, os responsáveis pelo Controle Interno ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência de imediato ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária;

Considerando a Instrução Normativa TCE/AL nº 001/2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Plano de Contas Único e vinculação de recursos e finalidade por parte da administração direta e indireta municipal;

Considerando a Instrução Normativa TCE/AL nº 002/2010 que institui e Regulamenta o SICAP – Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e dispõe sobre a remessa de dados contábeis por meio eletrônico com a assinatura digital, Administração Direta e Indireta dos Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Módulo da Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI e regulamentar a remessa eletrônica via Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – SICAP, visando o cumprimento das Constituições Federal e Estadual, da Lei Complementar nº 101/00, das Leis Federais nº 4.320/64 e nº 8.666/93 e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Parágrafo Único. Entende-se como Sistema de Controle Interno a Coordenadoria, o Órgão Central, o Setor ou o Órgão Colegiado responsável pela implementação, gestão e/ou coordenação do Controle Interno no Município.

Art. 2º. As informações e os dados a serem remetidos a este Tribunal de Contas, para os fins de que trata o art. 1º, referem-se à contabilidade e controles do órgão jurisdicionado, no cumprimento das disposições prescritas na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo atender ao estabelecido nos Anexos I – Poder Executivo Municipal e II – Poder Legislativo Municipal, da presente Instrução Normativa.

Art. 3º. As informações e os dados da Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI deverão ser remetidos semestralmente, nos prazos e condições estabelecidos nos artigos 2º, § 1º e 4º da Instrução Normativa TCE/AL nº 002/2010, concomitante com a 3ª e 6ª remessa do SICAP.

Art. 4º. A Análise Conclusiva do Controle Interno deverá ser assinada digitalmente em conformidade ao disposto no art. 7º da Instrução Normativa TCE/AL nº 002/2010, pelos responsáveis do Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 5º. Os Manuais Técnicos, serão disponibilizados no site oficial deste Tribunal de Contas, e, as possíveis modificações, que se fizerem necessárias para o aperfeiçoamento do módulo ACCI – Análise Conclusiva do Controle Interno, serão promovidas por meio de Portarias editadas pelo Presidente do Tribunal de Contas, com fornecimento e divulgação da nova versão.

Art. 6º. O envio e os dados da Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI via SICAP é de responsabilidade do Controle Interno.

Parágrafo Único. Caberá representação ao Ministério Público Estadual quando for constatada a ocorrência do crime tipificado no art. 313-A, do Código Penal, no sentido de “inserir ou facilitar, a inserção de dados falsos, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano”.

Art. 7º. O não atendimento às disposições desta Instrução Normativa, por qualquer dos Poderes do Município, constitui fator impeditivo da concessão das Certidões Liberatórias, para fins de habilitação ao recebimento de transferências voluntárias e realização de operações de crédito de qualquer natureza.

Art. 8º. As informações componentes da base de dados do módulo da Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI, enviadas via SICAP, servirão de subsídio para a realização das auditorias, análises das prestações de contas, verificação do atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e fatos que comprometem os resultados dos programas entre outros.

Parágrafo Único. Os modelos de demonstrativos elaborados pelo Tribunal de Contas deverão ser preenchidos pelo responsável do Controle Interno e disponibilizados em PDF através do SICAP.

Art. 9º. A inobservância a qualquer dispositivo desta Instrução Normativa sujeitará o responsável à multa prevista no art. 45, da Lei 5.604 de 20 de janeiro de 1994 e art. 203 da Resolução Normativa 03/2001 (Regimento Interno) e demais sanções cabíveis.

Art. 10º. Compete ao responsável pelo Controle Interno apresentar justificativas e indicar as providências adotadas acerca das falhas, irregularidades ou ilegalidades constatadas, preenchendo o campo específico do anexo denominado “Nota Explicativa”.

Art. 11º. Esta Instrução Normativa entra em vigor nesta data, com efeitos a partir do 4º. Bimestre de 2010.

SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 22 de junho de 2010.

ISNALDO BULHÕES BARROS
Conselheiro Presidente

OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS
Conselheiro Vice-Presidente

LUIZ EUSTÁQUIO TOLÊDO
Conselheiro Corregedor

ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Conselheira Ouvidora

CÍCERO AMÉLIO DA SILVA
Conselheiro

MARIA CLEIDE COSTA BESERRA
Conselheira

ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO
Conselheiro-Substituto

PUBLICADO DOE EM 24/06/2010

Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI

ANEXO I – PODER EXECUTIVO

Nome da Entidade: _____

CNPJ: _____

UNIDADE GESTORA: _____

Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS? () SIM () NÃO

Lei de Instituição do Controle Interno: _____

Possui entidade da Administração Pública Indireta? () SIM () NÃO

1) O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestre anterior, em audiência pública? () SIM () NÃO

2) Onde foi realizada audiência pública? _____

3) A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?
() SIM () NÃO

4) O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso? () SIM () NÃO

5) A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?
() SIM () NÃO

6) Houve realização de operação de crédito? () SIM () NÃO

7) Qual a modalidade da Operação de Crédito?

- () operação de crédito interna
- () operação de crédito externa
- () por antecipação da receita (ARO)

8) Foi ordenada operação de crédito, sem autorização legislativa?
() SIM () NÃO

9) As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?
() SIM () NÃO

10) O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?
 SIM NÃO

11) Foi prestada garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra-garantia em valor igual ou superior? SIM NÃO

12) A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?
 SIM NÃO

13) A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício? SIM NÃO

14) O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?
 SIM NÃO

15) As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada? SIM NÃO

16) As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades? SIM NÃO

17) As disponibilidades do RPPS estão aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira?
 SIM NÃO

18) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação? SIM NÃO

19) Existem obras paralisadas? SIM NÃO

20) Existem obras em andamento? SIM NÃO

21) O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?
 SIM NÃO

22) Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?
 SIM NÃO

23) Houve abertura de créditos adicionais? SIM NÃO

24) Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis autorizativas? SIM NÃO

- 25) As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?
 SIM NÃO
- 26) Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?
 SIM NÃO
- 27) Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis? SIM NÃO
- 28) Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos? SIM NÃO
- 29) Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino? SIM NÃO
- 30) Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício? SIM NÃO
- 31) Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?
 SIM NÃO
- 32) Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local? SIM NÃO
- 33) As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal? SIM NÃO
- 34) Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho? SIM NÃO
- 35) Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior? SIM NÃO
- 36) Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?
 SIM NÃO
- 37) Houve assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato, de obrigação de despesa que não tenha sido cumprida integralmente no referido período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito? SIM NÃO
- 38) Houve cumprimento do limite da dívida consolidada? SIM NÃO

- 39) Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?
 SIM NÃO
- 40) Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência? SIM NÃO
- 41) Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores? SIM NÃO
- 42) Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência? SIM NÃO
- 43) Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária? SIM NÃO
- 44) Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios? SIM NÃO
- 45) Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público? SIM NÃO
- 46) Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica? SIM NÃO
- 47) A despesa com pessoal aumentou nos últimos 180 dias do mandato?
 SIM NÃO
- 48) Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?
 SIM NÃO
- 49) A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal? SIM NÃO
- 50) A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?
 SIM NÃO
- 51) O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?
 SIM NÃO
- 52) O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?
 SIM NÃO
- 53) Os servidores foram admitidos através de concurso público?
 SIM NÃO
- 54) Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?
 SIM NÃO

- 55) Existem servidores contratados por tempo determinado? () SIM () NÃO
- 56) Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados? () SIM () NÃO
- 57) Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)? () SIM () NÃO
- 58) Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas? () SIM () NÃO
- 59) Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)? () SIM () NÃO
- 60) Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente? () SIM () NÃO
- 61) Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas? () SIM () NÃO
- 62) Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal? () SIM () NÃO
- 63) O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação? () SIM () NÃO
- 64) O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas? () SIM () NÃO
- 65) É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)? () SIM () NÃO
- 66) Houve despesa ordenada sem a autorização legal? () SIM () NÃO
- 67) A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais? () SIM () NÃO
- 68) As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN? () SIM () NÃO
- 69) O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN? () SIM () NÃO

70) O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN? () SIM () NÃO

71) O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN? () SIM () NÃO

72) Ocorreram fatos que requeressem a limitação de empenhos? () SIM () NÃO

73) Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos no art. 9º, da LC nº 101/00? () SIM () NÃO

74) O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000? () SIM () NÃO

75) O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança? () SIM () NÃO

76) O orçamento foi superestimado? () SIM () NÃO

77) O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei? () SIM () NÃO

78) O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente? () SIM () NÃO

79) Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei? () SIM () NÃO

80) Existe análise e manifestação do responsável pelo Controle Interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres? () SIM () NÃO

81) Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno? () SIM () NÃO

82) Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados? () SIM () NÃO

83) Houve despesa não empenha de competência do referente período? () SIM () NÃO

84) Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade? () SIM () NÃO

85) Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

SIM NÃO

86) Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar? SIM NÃO

87) Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal? SIM NÃO

88) O Poder Executivo tem implantada em seus órgãos, a conta Almojarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício? SIM NÃO

89) O registro da conta Almojarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público? SIM NÃO

90) Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias? SIM NÃO

91) O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular? SIM NÃO

92) Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão? SIM NÃO

93) Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores? SIM NÃO

94) O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal? SIM NÃO

95) Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:

Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI

ANEXO II – PODER LEGISLATIVO

Nome da Entidade: _____

CNPJ: _____

Independente Financeiramente? () SIM () NÃO

Lei de Instituição do Controle Interno: _____

1) Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

() SIM () NÃO

2) Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis? () SIM () NÃO

3) Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

() SIM () NÃO

4) Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal?

() SIM () NÃO

5) Houve assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato, de obrigação de despesa que não tenha sido cumprida integralmente no referido período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito? () SIM () NÃO

6) Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência?

() SIM () NÃO

7) Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores? () SIM () NÃO

8) Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência? () SIM () NÃO

9) O Poder Legislativo recolhe aos cofres municipais os impostos retidos sobre pagamentos efetuados? () SIM () NÃO

10) Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade? () SIM () NÃO

- 11) O Poder Legislativo possui quadro de pessoal próprio, instituído por lei?
 SIM NÃO
- 12) O quantitativo de pessoal é compatível com o quadro aprovado?
 SIM NÃO
- 13) Os servidores foram admitidos através de concurso público?
 SIM NÃO
- 14) Os documentos relativos ao concurso e os atos de nomeação/admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro? SIM NÃO
- 15) Existem servidores contratados por tempo determinado?
 SIM NÃO
- 16) Os contratos estão autorizados por lei específica e motivos devidamente justificados?
 SIM NÃO
- 17) A despesa com pessoal aumentou nos últimos 180 dias do mandato?
 SIM NÃO
- 18) Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?
 SIM NÃO
- 19) A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?
 SIM NÃO
- 20) A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?
 SIM NÃO
- 21) Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?
 SIM NÃO
- 22) Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?
 SIM NÃO
- 23) O Poder Legislativo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN? SIM NÃO
- 24) O Poder Legislativo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN? SIM
 NÃO
- 25) Qual o número de vereadores da localidade? _____

26) Qual o percentual, além do subsídio, pago ao vereador presidente da Câmara Municipal? _____

27) O subsídio de cada vereador está de acordo com o limite máximo estabelecido no art. 29, VI da Constituição Federal? () SIM () NÃO

28) O total de gastos com subsídio de vereadores obedeceu ao limite de até 5% da receita do município? () SIM () NÃO

29) O total da despesa com o Legislativo Municipal em relação à receita arrecadada do exercício anterior está de acordo com o art. 29-A da Constituição Federal? () SIM () NÃO

30) O total da despesa da folha de pagamento da Câmara Municipal foi inferior aos 70% do repasse ao Poder Legislativo? () SIM () NÃO

31) O Poder Legislativo possui Comissão Permanente de Licitação regular? () SIM () NÃO

32) Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão? () SIM () NÃO

33) Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores? () SIM () NÃO

34) Houve análise e manifestação do responsável pelo Controle Interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres? () SIM () NÃO

35) Todos os processos de realização de despesas são submetidos à análise do Controle Interno? () SIM () NÃO

36) Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados? () SIM () NÃO

37) Houve despesa não empenhada de competência do referente período? () SIM () NÃO

38) No Poder Legislativo existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão e pagamento de diárias? () SIM () NÃO

39) Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:
